

Guerra semiótica, jornalismo e propaganda

Guilherme Nery Atem

Resumo

Este artigo pretende investigar a atual hibridação entre Jornalismo e Propaganda. Para isso, retomaremos a discussão entre estes dois campos de atuação prática, na área da Comunicação Social, a partir de questões que surgem em um contexto histórico de guerra. Neste caso, a análise recairá sobre a invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, bem como sobre a cobertura jornalística pela mídia mundial. Se, por um lado, em épocas de paz é difícil percebermos a interdependência entre o Jornalismo e a Propaganda ideológica, por outro lado, em tempos de guerra essa relação se torna evidente. Nossa hipótese é a de que, na contemporaneidade comunicacional, a guerra efetiva (material, termodinâmica) é duplicada pela “guerra semiótica” (imaterial, informacional).

Palavras-chave:

Guerra, Mídia, Jornalismo, Propaganda

Semiotic war, journalism and propaganda

Abstract

This article intends to investigate the recent hybridation between Journalism and Propaganda. We will go back to the discussion between the two Social Communication working fields. We will go back to the questions that arise on war historic context. In this case, the analysis will recover upon the US invasion in Iraq in 2003 and its coverage by the international media. If, in one hand, in peace time, it is difficult to see and to realize the interdependence between Journalism and Ideological Propaganda, on other hand, in the war time these relations become themselves pretty clear. Our hypothesis is that, in contemporary communication, the actual war (material, termodynamical) is duplicated by the “semiotic war” (immaterial, informational).

Key words:

War, Medium, Journalism, Propaganda

Guerra Semiótica e Política da Comunicação: Jornalismo e Propaganda

“O Capitalismo traz em si a guerra, como a nuvem traz a tempestade.” (Jean Jaurès)

Ao contrário do que certamente pensa o senso comum, “comunicação” e “consenso” não são sinônimos. A comunicação se pretende um veículo para a Democracia, mas a Democracia não se faz apenas no “consenso”, e sim no dissenso, na disputa saudável de idéias – como podemos notar desde o surgimento tanto da Política como da Democracia, na Grécia Antiga. Se pensarmos bem, hoje a Política foi toda midiaticizada, mas a mídia ainda não foi devidamente politizada¹. Jacques Rancière, professor de Filosofia Política, por exemplo, tem estudado a função da discórdia na constituição da Política. Portanto, estamos aqui afirmando logo de início o caráter erístico das relações humanas.

A definição de “consenso” se aproxima mais da idéia de “pensamento único” – todo mundo pensando, dizendo, fazendo e querendo as mesmas coisas, e do mesmo modo. Hoje nós vivemos na Era da Comunicação e da Informação, e mesmo a guerra não escapa a isso. É a partir das informações que se faz, ou não, uma guerra. Afirmamos isso, porque trabalharemos neste artigo a estreita relação entre a política dos signos e a Comunicação Social; entre a política da comunicação e aquilo que chamaremos de “guerra semiótica”. Neste artigo, perceber-se-á a íntima relação entre a Propaganda e o Jornalismo – uma cumplicidade que ganha visibilidade em tempos de guerra.

É partindo, portanto, da análise de uma guerra recente – a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, no início

de 2003 – que pretendemos alcançar, com a maior clareza possível, o conceito de “4ª Guerra Mundial” (a “guerra semiótica”, segundo o Subcomandante Marcos). A política de relações internacionais norte-americana tem expressado claramente a “guerra semiótica” que vem sendo travada. É um bom exemplo. Na verdade, trata-se aqui, neste artigo, de uma *análise de caso*.

A cobertura jornalística que a mídia globalizada fez da guerra no Iraque parece ter transformado o que é *histórico* no que é *histerico*. Entre mortos e feridos, nem mesmo a verdade escapou. É aí que podemos perceber a hibridação entre Jornalismo e Propaganda. Mas essa mistura não é nova, nem mesmo recente... apenas ganhou novas potências nos dias de hoje, forjando uma nova configuração do imaginário político pós-moderno. Clausewitz dizia que a guerra é a política por outros meios. Foucault, invertendo genialmente a sentença de Clausewitz, dirá que a política é a guerra por outros meios. Tentaremos nos equilibrar por entre estas duas concepções, buscando olhar ao mesmo tempo, estrabicamente, para as duas, e tentar analisar os fatos ocorridos na cobertura jornalística da invasão ao Iraque, em / a partir de 2003.

Histórico do conflito entre o Ocidente e o Oriente

Em 1904, a Casa Branca dispunha do Colômbio da Doutrina Monroe. Com isso, o presidente Theodore Roosevelt estabeleceu que as “injustiças crônicas ou uma impotência que resulte no afrouxamento geral dos laços civilizatórios podem forçar os Estados Unidos ao exercício de um poder de polícia internacional”. Com essa autorização unilateral, fuzileiros norte-americanos invadiram:

¹ Para um estudo introdutório do caso da “Política midiaticizada”, remetemos aos textos *A política informacional e a crise da democracia*, de Manuel Castells (Castells, 1999) e também ao *Política midiaticizada: entre o global e o local*, de Antonio Rubim (em <http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/polimidiat.htm>). A idéia de “mídia despolitizada”, que se refere à publicização da vida privada, é usada, por exemplo, por Muniz Sodré e Raquel Paiva, no texto *Na televisão* (Sodré; Paiva, 2002).

1- Nicarágua (1912-1933): os Estados Unidos criam ali uma Guarda Nacional, nomeando como seu comandante Anastasio Somoza;

2- Haiti (1915-1934): que ficou sob uma lei marcial até 1929. Depois da saída dos americanos, houve dois golpes de Estado, em 1946 e em 1957, feitos pelo exército treinado e orientado pelos militares americanos; e

3- República Dominicana (1916-1924): os Estados Unidos invadiram e criaram ali uma Guarda Nacional, sob seu Controle. Em seguida, em 1930, o ditador Leonidas Trujillo seria nomeado pelos americanos.

Em 1936, na Nicarágua, o general Anastasio Somoza instaurou uma ditadura familiar, que só seria derrubada em 1979 pela Revolução Sandinista. Na República Dominicana, o general Leônidas Trujillo tomou o poder em 1930 e só o seu assassinato, em 1961, abriria caminho para as eleições livres. No Haiti, a ditadura da família Duvalier também governou com as bênçãos de Washington de 1957 a 1986. Os Estados Unidos patrocinavam essas ditaduras em troca de facilidades comerciais e financeiras. Nunca houve, de fato, um rastro democrático em “países periféricos” após as invasões norte-americanas. Smedley Butler, oficial norte-americano confessou, em 1933: “Ajudei no estupro de meia-dúzia de repúblicas centro-americanas para o benefício de Wall Street”.

Esses são apenas exemplos concretos de como os Estados Unidos têm feito sua política externa, ao longo do longo século XX. Historicamente, sempre que as tropas americanas deixaram esses e outros países, deixaram também ditaduras duradouras – treinadas por aquelas tropas de ocupação americanas. Ao longo de todo o séc. XX, os Estados Unidos enviaram seus militares a vários países

da América Latina, sob o velho pretexto de “democratizar e garantir a segurança das populações locais”.

Na verdade, a guerra pelo petróleo do Iraque começou quando, em 1908, o Imperador alemão Wilhelm II obteve do sultão Abdul Hamid a concessão sobre uma faixa de terra de 1.500km de comprimento, atravessando a Turquia e a Mesopotâmia. A Alemanha passou a ter o direito de construir uma estrada de ferro de Constantinopla a Bagdá e de explorar as riquezas minerais daquele subsolo.

Entre 1914 e 1918 ocorre a 1ª Guerra Mundial – tendo como uma de suas causas aquele acordo entre a Alemanha e o Império Otomano para a construção da ferrovia Berlim-Bagdá, que repercutiu na invasão do Iraque pela Grã-Bretanha, em 1914. Em 1920, com a derrota do Império Otomano, a Inglaterra ocuparia a maior parte do Oriente Médio, com o apoio da comunidade internacional, e criaria vários principados, dentre eles o do Kwait, ao sul do Iraque. A Kwait Oil Company, empresa anglo-americana, reservou para si mesma uma concessão de 99 anos para a exploração legalizada do petróleo iraquiano. Entretanto, em 1938, o rei do Iraque, Ghazi, exigiu a anexação do Kwait ao seu país, considerando-se roubado pelos ingleses. Neste mesmo ano, Ghazi viajou à Suíça e morreu misteriosamente. Outros insatisfeitos também morreriam misteriosamente. Depois disso, nenhum governo iraquiano abandonou esta reivindicação.

Após a 1ª Guerra Mundial, Inglaterra e França determinaram, de acordo com seus interesses petrolíferos, como seriam as fronteiras dos países do Oriente Médio². Em 1932, o poder havia voltado às mãos dos iraquianos, através de um pacto com os britânicos.

²A Inglaterra tinha traçado fronteiras imprecisas, de propósito, entre o Irã e o Iraque – e as disputas entre os dois Estados seriam a causa da guerra conduzida por Saddam Hussein

De 1920 a 1958, o povo iraquiano sofreria repressões, execuções, enforcamentos por parte do governo real – mas sempre com o apoio dos ingleses. Em 1958, forças revolucionárias romperam com a Inglaterra, e diversas reformas foram iniciadas: reforma agrária, código de garantias individuais, igualdade da mulher no caso de herança etc. O sistema feudal britânico – que tinha dado 95% das terras a 5% da população – fora ali revogado. A terra, então, foi distribuída aos camponeses.

Entre 1939 e 1945 se desdobra a 2ª Guerra Mundial. Sempre com participações decisivas dos Estados Unidos. Em 1941, ingleses ocuparam novamente o Iraque, para garantir petróleo. Com o fim da 2ª Guerra Mundial, muitos países se encontravam em frangalhos, em sérios problemas econômicos. Toda guerra produz um impacto fortíssimo no Planeta – menos nos Estados Unidos, que foram o único país a lucrar com aquelas guerras mundiais. Segundo o professor de Economia Reinaldo Gonçalves (UFRJ), sempre houve um aumento brutal do PIB norte-americano durante as suas guerras (“keynesianismo militar”: modelo de crescimento econômico sustentado pelos gastos públicos). A 2ª G.M. termina em 1945, e já em 47 surge nos Estados Unidos a idéia de emprestar dinheiro àqueles países fragilizados, em troca de “alinhamento” com a ideologia capitalista. São então criados o Plano Marshall e a Doutrina Truman, que se tornam mecanismos de Controle pelo endividamento das nações.

Os Estados Unidos criam, em 1949, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que objetivava militarizar o Plano Marshall, significando que um ataque militar a qualquer país capitalista passaria a ser considerado como “ataque a todos os países” – e deveria ser devidamente punido. Com a

OTAN começava uma tripla corrida: a armamentista, a espacial e a ideológica³.

A Inglaterra, enfraquecida pela 2ª Guerra Mundial, já não podia garantir as posições privilegiadas das grandes companhias petrolíferas no Oriente Médio – então, propôs aos Estados Unidos um pacto “para defender o mundo livre”. Contudo, na realidade, tratava-se de uma aliança para assegurar a proteção das companhias petrolíferas ocidentais e garantir a exploração do petróleo pelos Estados Unidos e pela Inglaterra.

Em 1963, o novo regime iraquiano, que chegara ao poder com imenso apoio popular, inicia uma queda-de-braço com a IPC⁴. A idéia era impedir que os iraquianos invadissem o seu próprio país. O governo iraquiano, então, nacionalizou 90% de suas terras – o que provocou a ira capitalista, que patrocinou um golpe de Estado, ainda em 63, pelo partido Baath, apoiado por grupos de interesses anglo-americanos, e financiado pelo Kuwait. O regime ditatorial e torturador voltou com toda a força. Mais de 400 mil pessoas foram presas e torturadas, dentre as quais 20 mil nunca reapareceriam.

Esse golpe no Iraque possibilitou: o cancelamento da lei nº 80, sobre a nacionalização do petróleo, a abolição da igualdade das mulheres, a suspensão da reforma agrária, o “arquivamento” do direito ao trabalho e o fim das negociações sobre os direitos do povo curdo. Alguns anos mais tarde, vários líderes do golpe revelaram que estavam a serviço dos grupos capitalistas ingleses e americanos. Em retribuição, os americanos e os franceses forneceriam armas aos iraquianos, para a sua guerra contra os curdos. O Iraque já não tinha mais soberania frente aos EUA.

Em 1964, o Baath deixa o poder, e os novos governantes tentam instaurar no Iraque

³Segundo o economista francês François Perroux, o Plano Marshall “incita a maior experiência de economia dirigida em escala internacional que jamais foi tentada”. (Perroux apud Bataille, 1975: 200).

⁴IPC: Companhia petrolífera de propriedade do Reino Unido, da França e dos Países Baixos, países que controlavam as riquezas do Iraque desde o fim da 1ª Guerra Mundial, e não utilizavam a totalidade do potencial petrolífero a fim de manter os preços controlados, deixando uma mínima parte dos lucros para os iraquianos, para impedir a reconstrução do Iraque, que foi pilhado pelo Império Otomano e pelos próprios britânicos.

uma espécie de socialismo. Após a nacionalização do setor bancário e das grandes indústrias, o governo decide criar uma companhia nacional do petróleo iraquiana (a INOC) e tenta negociar a exploração do petróleo com a IPC.

Em julho de 1968, o Baath volta ao poder, retoma a repressão à oposição e firma acordos com as superpotências. No início da década de 70, o Iraque nacionaliza o petróleo e reinicia um grande programa de reconstrução do país – com obras de infra-estrutura, investimentos em educação (o Iraque ganha 3 medalhas da UNESCO) e uma campanha de alfabetização. A receita do petróleo serviria para essa reconstrução.

Em 1980, o Iraque dispunha de 15 bilhões de dólares de reservas cambiais, antes da guerra contra o Irã. Em 1988, depois do conflito, o Iraque tinha 70 bilhões de dólares de dívida externa – sendo 40 bilhões de dólares devidos ao Ocidente e ao Terceiro Mundo; 28 bilhões de francos devidos à França; e uns 30 milhões de dólares devidos aos países do Golfo Pérsico (Arábia Saudita e Kwait). A guerra Irã-Iraque deixaria 3 milhões de mortos. Mesmo assim, o nível de industrialização do Iraque, em 1991, ainda era comparável ao da Europa. Mas isso é inaceitável para os “donos do mundo”: em 1991 vem a Guerra do Golfo, que atrasaria o desenvolvimento do Iraque em cerca de 50 anos, levando-o à sua era pré-industrial. A guerra contra o Iraque é fundamentalmente geopolítica, mas também econômica e simbólica – o subsolo do Iraque tem petróleo ainda para mais 1 ou 2 séculos de exploração. Era “inevitável” que ele fosse atacado.

Quando Saddam Hussein revelou aos americanos sua intenção de reconquistar o Kwait, em 1990, os Estados Unidos acena-

ram que não iriam se intrometer. Saddam acreditou, então, nesse “sinal verde”. No entanto, bastou a invasão começar e os Estados Unidos passaram a atacar Saddam. Os países ocidentais querem dominar o petróleo do Oriente Médio, e é por isso que nenhum país dali pode conquistar sua soberania, sua independência⁵. Depois da guerra com o Irã (1988), os Estados Unidos exigem que o Iraque se desarme – e, para isso, decretam o embargo (de 1991 a 2003) para obrigá-lo a se curvar. Enquanto isso, os Estados Unidos protegiam Israel abertamente, através de pressões junto ao Conselho de Segurança da ONU.

Surge uma aliança de 33 países, dentre os mais poderosos do mundo, com uma propaganda massiva para mobilizar a opinião pública, retratando os iraquianos como “18 milhões de fascistas que ameaçam a paz da humanidade”. A opinião pública passava a aceitar a idéia de uma guerra contra o Iraque. O Iraque tinha se tornado “uma ameaça para a paz mundial”, apesar de sua economia representar naquele momento um por cento da economia das potências rivais. Na Arábia Saudita e em Israel, a imprensa estava submetida ao controle militar. Na mídia, o Iraque já saía vencido. Era já ali o jogo da mentira, do desmentido, da calúnia, da difamação, da desinformação travestida de informação.

Ali, os Estados Unidos já proibiam o Iraque de usar suas bombas químicas Sarin e Tabun (que matam as pessoas em volta do local onde elas caem). Mas os Estados Unidos usavam sua bomba FAE (Fuel Air Explosive), que acaba com todo o oxigênio existente num círculo de 1,5 km quadrado, matando, por asfixia, tudo aquilo que respira. Isso sem falar das bombas americanas de Napalm,

⁵ “O imperialismo americano sempre se esforçou para manter conflitos para se apoderar das riquezas.” (Subhi Toma, em “O Iraque, vítima do petróleo”. In: Perrault, 1999).

de fósforo e de fragmentação. Os Estados Unidos travam com o Iraque uma guerra tripla: militar, de embargo e de destruição do tecido social. É uma forma cruel de “asfixia”: o embargo econômico (que sempre vem acompanhado do “embargo semiótico”).

Em 1990, antes do embargo, o Iraque correspondia aos critérios da OMS: para cada indivíduo, o país investia 30 dólares/mês; o orçamento para os hospitais era de 500 milhões de dólares; morria 1 criança em cada 24 mil. Alguns anos depois do embargo: para cada indivíduo são gastos 2 dólares/mês; o orçamento é de 37 milhões de dólares para a saúde; morrem 92 crianças em cada mil. O peso médio das crianças iraquianas pós-embargo foi reduzido em 22%.

Para os EUA, o primeiro resultado comercial da guerra contra o Iraque foi o controle do mercado de compra e venda de armamentos, no Oriente Médio, mercado que ali estava em declínio. Os lucros dos fabricantes de armas vêm mais do exterior do que do mercado interno americano. A partir daí, os fabricantes de armas americanos tiveram seus negócios alçados a mais de 100 bilhões de dólares – o que fez surgir as três gigantes do setor: a Lockheed-Martin, a Boeing-MacDonnel Douglas e a Raytheon. Na prática, os Estados Unidos reconfiguravam sua força bélica:

1- A contratação de empresas privadas de “serviços bélicos” (num sistema chamado *outsourcing*), como a Dyncorp – com mais de 20 mil empregados e contratos milionários com o governo norte-americano, para dar “treinamento militar” aos exércitos do Terceiro Mundo (Panamá, Haiti, Somália, El Salvador, Bósnia), para que estes pudessem fazer suas ditaduras militares –, ou a MPR – que treinou e assessorou o exército da Croácia, e

Os Estados Unidos travam com o Iraque uma guerra tripla: militar, de embargo e de destruição do tecido social

que meses mais tarde resultou nas sangrentas ofensivas contra a população sérvia, culminando com o “Massacre de Krajina” (em que croatas dizimaram todos os homens, mulheres e crianças que encontraram pelo caminho), massacre esse que foi “abafado” pelos Estados Unidos no Tribunal Internacional de Haia. (Obs.: os contribuintes norte-americanos estão financiando, com seus impostos, e provavelmente sem sabê-lo, essas contratações de “matadores de aluguel”).

2- A introdução, nos EUA, de novas tecnologias de destruição em massa – exclusividade norte-americana, “por direito”, e que nenhum outro país pode ter: nem o Iraque, bombardeado, nem a Coreia do Norte, não-bombardeada –, como os mísseis com “margem de erro de 30 cm” etc. Só os Estados Unidos “podem” ter, e usar, armas de destruição em massa (o que, devido ao seu histórico, deveria nos causar aquela mesma insegurança que eles dizem buscar combater). São armas químicas, não só “físicas”; são armas atômicas, nucleares, de nêutron, de urânios enriquecido e enriquecido (radioativos, usados pelos americanos na Guerra do Golfo); são armas químicas de mostarda, ou de cianeto.

Na Guerra Irã-Iraque (de 1980 a 88), os **iranianos** mataram centenas de curdos com gás de cianeto. E isso foi comprovado, na época, sem espaço para dúvidas – como garante o cientista político Stephen Pelletière, a maior autoridade mundial em “Iraque”, e que era analista da CIA naquela época. Contudo, o governo norte-americano e sua mídia oficial colocaram a culpa no Iraque, divulgando que o Iraque havia lançado ali gás de mostarda. Mas os Estados Unidos já pretendiam, antes mesmo disso, usar a mídia para demonizar o Iraque de Saddam

⁶ *Concordando com Marcel Granet e com George Dumézil, Georges Bataille diz: “Uma sociedade verdadeiramente militar é uma sociedade de empreendimento, para a qual a guerra tem o sentido de um desenvolvimento de poderio, de uma progressão ordenada do império” (Bataille, 1975: 93).*

⁷ *Segundo Georges Bataille (Bataille, 1975) e François Châtelet (Châtelet, 1997), diante da acumulação de produção e de energia, sociedades “primitivas” faziam festas de homenagem aos deuses, gastando o excedente acumulado – Kula e Potlach. Diferentemente, nossa “civilização” faz a guerra. Contudo, deixar a guerra como única saída para se desfazer do excedente das forças produzidas é ter de assumir a responsabilidade dessa guerra.*

Hussein (do Baath, Partido Socialista da Resurreição Árabe, de um nacionalismo laico).

Até 1972, a exploração do petróleo no Iraque era feita pelas transnacionais Shell, Mobil, BP e Exxon. Em 72, o Iraque nacionalizou (estatizou) a exploração do petróleo, tirando a das mãos dessas empresas. Se juntarmos o ódio capitalista dessas empresas com a força da comunidade judaica norte-americana (que não queria ver uma nação árabe dominando o Oriente Médio), entenderemos o primeiro lado da questão. Se lembrarmos que o Iraque detém a maior bacia hidrográfica do Oriente Médio – os rios Tigre, Eufrates, Zab Menor (ao sul) e Zab Maior (ao norte) –, e represas e sistemas avançados de exploração dessa água, entenderemos o segundo lado da questão. Existe um antigo projeto, engavetado por Saddam, que possibilitaria a distribuição da água iraquiana para todo o Oriente Médio.

Se compreendermos que quem dominar o petróleo e a água, controlará o Oriente Médio no Século XXI, e isso é uma questão geopolítica, chegaremos a uma visão bastante clara dos interesses capitalistas nessa última guerra⁶. Fora, é claro, que uma guerra como essa ajuda os Estados Unidos a saírem da recessão; reaquece a indústria armamentista; faz Bush-filho finalmente chamar a atenção (e ganhar o respeito) de Bush-pai; dá uma de “bonzinho” e protetor do Planeta contra “terroristas demoníacos”; gasta o excedente produzido e acumulado etc.

Poderíamos mesmo dizer que o excesso de produção (nas sociedades industrial e pós-industrial) faz parte da origem das últimas guerras⁷. Isso sem falar do mais aterrorizante: já se sabe que Saddam Hussein tinha acabado de criar uma lei (em 2002) que desvinculava o preço do seu petróleo do dólar americano, para vinculá-lo ao *euro* – o que

“quebraria” a economia norte-americana. Então, antes de quebrar economicamente, os Estados Unidos quebram física e semioticamente o Iraque. Isso quer dizer que, do ponto-de-vista americano, não havia momento melhor para invadir e tomar o controle do Iraque.

Logo após o “11 de Setembro”, 9 redes de TV norte-americanas recusaram comerciais da embaixada saudita (“Povo da Arábia Saudita: aliados contra o terrorismo”), alegando: “sempre queremos dinheiro, mas os comerciais sauditas são *impróprios para a nossa marca*”. A sustentação da identidade da marca acima de tudo! Acompanhando isso: o principal nome a comandar o Iraque no pós-guerra é o do general Jay Garner. Com ele, as empresas Parsons e Bechtel concorreram para a reconstrução física do Iraque, no projeto “Futuro do Iraque”. Os Estados Unidos sempre justificaram suas invasões com o pretexto da “proteção dos cidadãos locais e promoção da Democracia”.

A política comunicacional na guerra: entre jornalismo e propaganda

Agora, vamos nos aproximar mais de uma análise de como a mídia fez a cobertura da Guerra no Iraque. Esta foi a primeira vez na História que uma guerra foi coberta pela mídia 24 horas por dia. Foram mais de 3 mil jornalistas do mundo inteiro. Aidan White (Presidente da Federação Internacional dos Jornalistas) afirma que esta foi a primeira guerra da Era da Informação, e ela marcou profundamente o papel da mídia atual. O que se viu foi uma clara linha divisória na cobertura da guerra – de um lado, os ocidentais; de outro, os árabes. Neste sentido, como separarmos as funções do Jornalismo daquelas da Propaganda?

Este conflito marcou também o fim do reino absoluto das grandes agências de notícias e das televisões ocidentais. A rede americana CNN – que cobriu sozinha a Guerra do Golfo (1991) – perdeu terreno para sua concorrente, a Fox, e perdeu a sua audiência árabe para a Al-Jazeera (do Qatar). Na Guerra do Golfo, tínhamos Bush-pai e Saddam, ambos, assistindo ao noticiário da CNN. Havia ali, claramente, um “sistema global de informação” (segundo Waddick Doyle, professor da Universidade Americana em Paris). Havia uma única versão dos fatos – e fosse esta versão verdadeira ou falsa, o efeito era o mesmo: a produção e reprodução de certezas e de uma sensação de segurança quanto à informação consumida. As notícias ali tinham um caráter cíclico. A Verdade era construída pela repetição.

Aidan White ainda diz que esta cobertura da guerra foi a mais intensa, mas não foi a melhor possível. Isso porque mesmo com milhares de câmeras, microfones, máquinas e computadores, a cobertura foi escandalosamente seletiva e tendenciosa (para os dois lados). Por estarem acompanhando as tropas invasoras, os mais de 500 jornalistas perderam sua independência, em troca de segurança (estes não foram mortos). Foi dos mais de 2.000 repórteres “independentes” que saiu a maioria dos jornalistas mortos e feridos – provavelmente atacados pelo famoso “fogo amigo” – o que deixou um rastro de críticas e suspeitas. A Verdade, antes centrada e agora cambaleante, vai aos tropeços, evolui aos trancos e barrancos pelas infovias do espetáculo comunicacional.

Na nossa Pós-Modernidade, vivemos a crise das grandes narrativas (de interesse coletivo), e o gradual predomínio das micronarrativas (de interesse pessoal) – ver

Há uma guerra que corre paralelamente àquela das bombas: a guerra semiótica, midiática

Jean-François Lyotard (1990). E é justamente isso que vimos na cobertura jornalística dessa última guerra: informações desencontradas, desconectadas entre si; sensação de se estar à deriva; reprodução de verdades parciais sobre uma realidade única, mas inacessível. Os próprios jornalistas do jornal *O Globo* diziam estar “perdidos” num mar de informações não-seguras, não-verificáveis, não-apuráveis – só lhes restava, diziam, escreverem o que cada lado do conflito afirmava ser a “Verdade dos fatos”. Este é um exemplo violento das crises da referência, da representação, do sujeito, das identidades social e coletiva.

O professor Muniz Sodré escreveu (Sodré, 1971: 7): “Por trás do racionalismo de Apolo (a escrita) e do arrebatamento de Dioniso (a imagem), se encontra o olho comercial de Hermes”. Pegando carona nesta frase antológica, afirmaremos: por trás do “salvamento do Planeta” está o “olho-gordo” no petróleo e na água do Iraque.

Há uma guerra que corre paralelamente àquela das bombas (guerra termodinâmica, em que pessoas explodem pelos ares): a “guerra semiótica”, midiática (ou eletrônica – seja analógica, seja digital –, em que a verdade explode no éter, via satélite), que batalha a cada minuto pela adesão da opinião pública internacional, o que facilitaria bastante o trabalho de “captura e incorporação”, não só do Oriente Médio, mas de todo o Planeta. Os Estados Unidos divulgam que querem “reconstruir o Iraque” – mas parece que eles precisavam, antes, destruí-lo por completo, para só então “reconstruí-lo”. Estima-se que a tal “reconstrução” do Iraque deva render algo em torno de US\$ 900 bilhões às empresas e empreiteiras norte-americanas (as licitações correram

soltas nos EUA; o Iraque já foi todo mapeado e dividido no papel, formalmente – agora, trata-se de fazê-lo materialmente).

Em 1991, somente o correspondente Peter Arnett (CNN) cobria a Guerra do Golfo, diretamente de Bagdá. Nesta “Guerra de Bush-filho”, foram milhares de repórteres. A guerra ficou espetacularizada de vez. Mas com o *World Communicator*, parece que um único enviado pode fazer o trabalho de toda uma equipe de TV. Mesmo assim, são milhares de enviados, de centenas de “máquinas de informar”.

A mídia oficial (jornal *O Globo*, de 26 de março de 2003) faz matérias sobre a riqueza pessoal de Saddam Hussein. Na mídia internacional, diariamente Estados Unidos e Iraque divergiam em suas informações sobre a Guerra: a verdade é alvo-móvel. O Pentágono, como se sabe, levou 500 jornalistas junto com suas tropas. O Iraque possuía funcionários do Ministério da Informação para acompanhar jornalistas em sua cobertura da Guerra – o que censura a liberdade de expressão. Para os americanos, o regime de Saddam estava sempre “em chamas, prestes a ruir”... Saddam estava sempre “ferido de morte”, “milhares de soldados iraquianos se rendiam sem parar”. Para os iraquianos, os helicópteros dos Estados Unidos eram sempre “abatidos por milícias iraquianas”, a resistência continuaria “sempre firme”, vários soldados da coalizão “foram feitos reféns”. E no resto do mundo, ficamos sem saber o que de fato estava acontecendo.

Quais os efeitos dessa guerra (ou invasão, golpe de Estado) na história das Relações Internacionais? Onde está a verdade? O próprio jornal *O Globo* deu uma matéria enorme, no dia 26/03, intitulada: “Verdade, uma vítima da guerra” (por José Meirelles Passos).

**A arrogância tem
hoje as cores
da bandeira
americana, mas
também tem a
agilidade e a
flexibilidade do
Semiocapitalismo
do Império**

Isso tudo é reflexo de um mundo que perdeu seus parâmetros mínimos e antigos, mas que ainda não inventou outros minimamente seguros.

A mídia norte-americana, parece, fazia duas edições diárias: uma para o público interno (população e governo), defendendo irrestritamente a invasão; outra para o público externo (demais países), mais cautelosa e algumas vezes até crítica. Essa aula de mau-caratismo no Jornalismo, esse exemplo de imoralidade de Mercado é o que Chomsky chamaria de “neoliberalismo de dois gumes”, ou de “Democracia de Mercado”. Não se podia desagradar nem o público interno, inicialmente majoritariamente pró-guerra, nem o público externo, majoritariamente antiguerra. É algo que se aprende ilocutoriamente (de modo não-verbal) com as “leis de mercado”. Sabemos que os Estados Unidos já discutiam o pós-guerra ainda no período pré-guerra. A Grã-Bretanha dizia querer um governo da ONU; os Estados Unidos indicaram um general americano, Jay Garner. A arrogância tem hoje as cores da bandeira americana, mas também tem a agilidade e a flexibilidade do Semiocapitalismo do Império.

O repórter Peter Arnett foi demitido pela CNN, que é pró-guerra, por ter dado uma entrevista a uma TV iraquiana criticando a ofensiva dos EUA. No mesmo dia, ele foi contratado pelo jornal inglês *Daily Mirror*, que é antiguerra. O repórter *free-lancer* Philip Smucker foi afastado do *front*, pelo Pentágono, por estar “abrindo muito a boca” sobre as estratégias da coalizão. Outros repórteres ali foram simplesmente censurados pelas tropas da coalizão. Eles tiveram seus aparelhos eletrônicos confiscados. Isso porque esses repórteres, para terem o direito de acompanhar

as tropas, tiveram que assinar um documento – chamado de “Guia de Relações Públicas” – onde estão registradas as “regras do jogo”: o governo teria total hegemonia sobre as informações, sem que os jornais pudessem entrar, futuramente, com ações na Justiça. Muitas notícias tiveram que ser retidas. Conseqüência: diversas imagens transmitidas como se fossem “ao vivo” tinham de fato sido gravadas horas antes... e editadas.

Outra exigência do governo dos Estados Unidos foi a de fazer os textos passarem pelo copidesque dos comandantes militares no *front*. As autoridades iraquianas também censuraram seus jornalistas – caso ocorrido com a rede Al-Jazeera, no início de abril de 2003. Um fotógrafo do Los Angeles Times, Brian Walski, foi demitido por ter alterado uma fotografia, manipulando a imagem “para dar a ela uma maior dramaticidade”. Registre-se: só foi demitido por ter sido divulgada essa adulteração.

Conclusão

Nós vimos eclodirem duas guerras: a primeira é óbvia; e a segunda é essa que se faz pela sedução da opinião pública (a “guerra semiótica”). A mídia norte-americana contou histórias do drama de soldados feridos neste combate (como Jessica Lynch), para comover o público e, assim, arrebanhar mais e mais simpatizantes. O texto chega a ser “brega”: “Mesmo ferida, Jessica lutou arduamente pela vida” (*O Globo*, 04/04). O jornal saudita *Al Watan* e algumas TVs árabes estamparam fotos de crianças mutiladas, bebês feridos, mães desesperadas... Contudo, a maioria da mídia árabe não se rendeu ao sensacionalismo em nome da “verdade” (por exemplo, os jornais *Al Ahram*,

Outra exigência do governo dos Estados Unidos foi a de fazer os textos passarem pelo copidesque dos comandantes militares no *front*

Al Hayat e Asharq Al Awsat).

Nessa guerra paralela, até mesmo as redes de televisão iraquianas foram fisicamente bombardeadas – e o pior: com bombas experimentais (não se sabia ao certo o que poderia acontecer às vítimas, em termos de “efeitos colaterais”). Essas bombas experimentais liberam impulsos eletromagnéticos capazes de interromper as operações de computadores, por exemplo. Mesmo assim, oito horas depois do ataque as emissoras já transmitiam sua programação normalmente. TV é alvo civil, como as escolas, as creches e os hospitais. Isso foi considerado um ataque à liberdade de expressão, o que representaria uma violação da Convenção de Genebra. Mais uma vez, trata-se dos Estados Unidos comunicando que só eles podem comunicar.

Militares da coalizão confiscaram os *satphones* (telefonia por satélite, que veicula imagens e reportagens) da Thuraya – empresa árabe, que é sediada nos Emirados Árabes –, pois estes “facilitariam a localização das tropas da coalizão pelos inimigos”. Somente os telefones de empresas americanas foram então permitidos, como os da Iridium – embora também deixassem espaço para que “inimigos” os localizassem. Thuraya e Iridium já concorriam por fatias de mercado naquela guerra.

Sabemos que as informações circulam pelo mundo na velocidade da luz – estamos na era da Globalização acelerada e controlada. Deve ser por isso que a cada notícia boa (para os EUA), cresce o índice de adesão popular à invasão; e a cada notícia ruim (para eles), a adesão caía imediatamente. A Fox News, a CNN e a MSNBC foram, nesta ordem, as três líderes de audiência, e se utilizavam de analistas de guerra que são ou foram

militares. Não há analistas pacifistas ou críticos da invasão – segundo Steve Rendall, do grupo de análise de mídia chamado “Justiça e Precisão na Reportagem”. Outras redes de TV se abstiveram de noticiar a guerra, ou qualquer coisa que lembrasse a guerra.

John Barlow, ativista político da internet, afirmou que os Estados Unidos sabem produzir, como ninguém, um “Inferno Disney”, ou seja, a espetacularização da manufatura, pronta para ser vendida na mídia como referência, no mundo real, de Rambos, Van Dammes, Schwartzneggers, Duros-de-Matar, ou qualquer outro filme da agência de Propaganda e “Indústria Cultural” chamada Hollywood. Seria o entretenimento como uma forma de guerra, mas por outros meios...

Sobre o autor

Guilherme Nery Atem, Doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ), Professor da Universidade Federal Fluminense.

email: gui.nery@globocom.com

Referências

ARENDDT, Hannah. Totalitarismo: o paroxismo do poder. In *As origens do totalitarismo* (vol. III). Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

ATEM, Guilherme Nery. *O pensamento atacado: comunicação, política e produção de apatia*. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

BATAILLE, Georges. *A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CASTELLS, Manuel. A política informacional e a crise da democracia. In *O poder da identi-*

dade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHATELET, François. *Uma história da razão: entrevistas com Émile Noël*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997 (reimpressão).

CHOMSKY, Noam. *A campanha ideológica*. In: 11 de setembro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 (6ª edição).

_____. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In GENTILI, Pablo (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 2000 (2ª edição).

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Org.). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo* (seguido de Comentários sobre a sociedade do espetáculo). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1996 (1ª reimpressão).

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1983 (5ª edição).

LUTTWAK, Edward. *Que é turbocapitalismo?* In: *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Cultrix, 1995.

MC LUHAN, Marshall. *The medium is the message*. New York: Bantam Books, 1967.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PERRAULT, Gilles (Org.). *O livro negro do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1971.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. *Na televisão*. In: O império do grotesco. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Referências Webgráficas

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Política midiaticizada: entre o global e o local*. End.: <http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/polimidiat.htm>. Acesso em: 02/05/2004.

Recebido em 3 de março de 2008

Aprovado em 28 de abril de 2008